

HISTÓRIA

Negro

Lançamentos mostram
evolução dos estudos
sobre a história de uma
população marginalizada



O NEGRO BRASILEIRO
Arthur Ramos
Graphia, 376 páginas
R\$ 44

LENA FRIAS

Embora o etnólogo, criminalista e patologista Raimundo Nina Rodrigues seja o pioneiro dos estudos científicos do negro no Brasil (sua obra mais conhecida, *O animismo fetichista dos negros da Bahia* é de 1900), foi Arthur Ramos quem consolidou esses estudos numa obra extraordinária, fonte essencial – e nem sempre citada – da vasta bibliografia que lhe foi posterior.

Arthur Ramos, que nasceu em Alagoas, em agosto de 1903, era médico psiquiatra, antropólogo, etnólogo e folclorista. Intelectual atuante, integrava o inquieto grupo que, a partir dos anos 20, agitou a intelectualidade brasileira e cuja influência até hoje se faz sentir. Muitas dessas figuras, inclusive o próprio Arthur Ramos, ganharam projeção e estatura internacionais. Dessa geração brilhante, fazem parte estrelas como Jorge Amado, Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Afrânio Peixoto, Eneida, Antrojildo Pereira, Berta Luft, Edson Carneiro.

Alinhado com a efervescência que gerou a Semana de Arte Moderna de 1922, com as idéias do revolucionário educador Anísio Teixeira e com a crítica às estruturas sociais e culturais vigentes – que motivariam episódios como o Manifesto Pau-Brasil de Oswald de Andrade, o manifesto regionalista de Gilberto Freyre e os provocadores congressos afro-brasileiros –, Arthur Ramos lançou-se à pesquisa de campo, na busca das matrizes da cultura negra diretamente em seus mananciais.

Foi assim que se juntou a Jorge Amado em andanças pelos candomblés baianos. Nesse passo, penetrou na intimidade das casas de culto e acabou fazendo o santo no terreiro do Gantois, consagrado filho do orixá Ogun.

O negro brasileiro, primeiro livro de Arthur Ramos, cuja edição inaugural veio a público em 1934, reflete esse envolvimento e as experiências dele resultantes. Obra na qual se constata o olhar respeitoso do antropólogo

Obra de antropólogo
pioneiro que
frequentou terreiros
com Jorge Amado
é uma fascinante
iniciação à cultura
afro-brasileira

sobre ritos e cultos de terreiro, até então referidos ou relatados, inclusive por Nina Rodrigues, a partir de uma ótica racista e discriminadora. Na mesma época em que Arthur Ramos a estudava, a cultura negra, em especial nos aspectos religiosos, era perseguida e tratada como assunto de polícia ou do âmbito da higiene mental.

O negro no Brasil – um ensaio de etnografia religiosa – foi a primeira publicação da Biblioteca de Divulgação Científica da editora Civilização Brasileira, dirigida pelo antropólogo. A que se seguiriam outras obras suas, igualmente fundamentais, entre elas *O folclore negro do Brasil*, *As culturas negras do Novo Mundo* e *O negro na civilização brasileira*. A morte prematura de Arthur Ramos em Paris, aos 46 anos, interrompeu a série que, segundo seus planos, incluiria outros estudos. Cada uma dos títulos que vieram à luz é, porém, um indicador de caminhos.

O relançamento do clássico *O negro brasileiro* repõe o antropólogo na pauta da atualidade. O que é oportuno, uma vez que o seu tema – o papel do negro na sociedade e na cultura brasileira – está longe de se esgotar.

Esse livro de estréia já revelava a impressionante erudição de Ramos, considerado a seu tempo “um jovem prodígio”. Ele examina a questão do negro nos Estados Unidos para, em seguida, deter-se em dados sobre todo o continente americano, até chegar ao negro no Brasil. A partir daí, abre um precioso painel de informações e observações. Procura manter a postura não comprometida de pesquisador, mas a força da liturgia jeje-nagô, os ritos malês, as práticas mágicas, a dança e a música dos candomblés cedo o empogam. O Ogun do Gantois toma então o lugar do etnólogo e seu livro transmuda-se numa barca de iniciação, navegando pelos terreiros fascinantes da cultura negro-brasileira. Uma viagem que será ainda mais profícua se, ao presente lançamento, seguir-se a reedição de toda a obra desse antropólogo tão importante para os estudos brasileiros e a valorização da nossa identidade.

Lena Frias é repórter do Jornal do Brasil e pesquisadora de cultura brasileira



As veias abertas do tráfico negreiro

O INFAME COMÉRCIO
Jaime Rodrigues
Editora da Unicamp, 240 páginas
R\$ 24

CARLOS EUGENIO LÍBANO SOARES

O tráfico atlântico de africanos é um dos temas clássicos da historiografia da escravidão, aqui no Brasil e em todos os países que assistiram à diáspora negra da era moderna. Mas somente recentemente os estudiosos se

voltaram para as dimensões políticas e culturais do exílio forçado de milhões de africanos para este lado do Atlântico, superando a aridez dos números da escola economicista, que aparentemente monopolizava no Brasil a temática no campo acadêmico.

O trabalho de Jaime Rodrigues – dissertação de mestrado na Unicamp em 1994 – representa um avanço neste campo. Trabalhando com os últimos 50 anos da emigração compulsória de africanos escravizados para o Brasil, Jaime foca sua lente principalmente nas consequências políticas da permanência deste “infame comércio” – como era visto o tráfico atlântico por uma pequena parcela da elite política do país – e no papel desempenhado por diversos grupos sociais, num quadro multifacetado, mesmo dentro de cada grupo.

No primeiro capítulo, Jaime se volta para entender a visão de longo prazo de uma pequena mas expressiva parcela da elite imperial contra a permanência do fluxo de africanos. Esta oposição tinha sua força motriz na percepção de que os africanos eram portadores de uma certa “doença moral” responsável pela “corrupção dos costumes” na sociedade

brasileira, e que quanto mais africanizada fosse a população do Império maior a distância da “civilização” e do “progresso”, apesar de ser ainda discutível o quanto estes ideais compartilhados por uma ínfima parcela da sociedade tiveram peso nas decisões políticas que deram cabo do “nefando comércio negreiro”.

Uma parte deste capítulo, que poderia ainda ser mais discutida no texto, é aquela relativa ao medo da “haitinização”, que se referia à eclosão de revoltas escravas no Brasil no mesmo molde da revolução negra do Haiti de 1791, que acabou expulsando a elite branca da ilha de São Domingos. Este temor por certo moderou a capacidade da elite política em garantir a continuação do comércio negreiro.

No capítulo seguinte o objeto é o debate do problema nos centros decisórios da política nacional, como no parlamento e no seio dos gabinetes. Este se revela um dos capítulos mais fecundos do livro, em primeiro lugar porque elimina o mito de que o fim do tráfico atlântico fosse uma fase previsível e necessária no projeto maior de terminar com a instituição. Em outras palavras, o tal “gradualismo” na ação política que deu fim ao



Três séculos de imagens da escravidão

A TRAVESSIA DA CALUNGA GRANDE: TRÊS SÉCULOS DE IMAGENS SOBRE O NEGRO NO BRASIL (1637-1899)
Carlos Eugênio Marcondes de Moura
Edusp/Imprensa Oficial-SP, 692 páginas
R\$ 100

ANTÔNIO AGENOR DE MELO BARBOSA

Durante três séculos, a incômoda travessia começava na África e terminava na América. Separando os dois continentes, estava a Calunga Grande, o hostil e misterioso Oceano Atlântico. Mas a Calunga também pode ser pequena, e então ela é tumba, não menos hostil quanto misteriosa. Imagine-se que, a despeito desta breve definição acima, a Calunga Grande também, não raro, era a incomensurável tumba. Isto porque estamos nos referindo à travessia de cerca de 3,5 milhões de africanos – já no caminho reduzidos à condição de escravos, trazidos para estas bandas pelas mãos dos traficantes em seus navios negreiros, chamados de “campos de concentração flutuantes” pelo historiador Robert Thompson.

Nesta travessia, a chegada em terra firme era incerta para os africanos embarcados e a Calunga Grande poderia ser o destino final para aqueles que não chegassem vivos ou sãos. O ambiente insalubre e os maus tratos a bordo dos navios negreiros contribuíam para ampliar a incerteza da chegada. Castigos corporais, assassinatos em massa e doenças graves e contagiosas faziam parte desta difícil travessia. Aos que a completavam, desde o século 16 até meados do século 19, cabia uma tarefa: construir este país, um dos últimos do mundo moderno a abolir a escravidão.

A *travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)* é o título deste magnífico livro/catálogo assinado pelo pesquisador Carlos Eugênio Marcondes de Moura que se propôs a uma tarefa tão gigantesca quanto necessária e inédita para a recente historiografia brasileira: levantar e catalogar, da forma mais abrangente possível, as fontes iconográficas que “registrassem imagens dos afro-negros e seus descendentes no Brasil”, no iní-
to de construir um guia para pesquisadores. Assim, catalogou 2.593 imagens, 507 destas reproduzidas no livro. A publicação integral do material ainda é uma utopia.

Dividido por séculos (do 17 ao 19), o livro evidencia uma grande dificuldade encontrada pelos historiadores que se debruçam sobre a produção iconográfica dos primeiros anos do Brasil-Colônia: a pequena quantidade de imagens existentes a respeito da escravidão, tanto no século 17 quanto no século 18. Do século 17, praticamente todo o registro iconográfico está restrito à presença holandesa – capitaneada por Maurício de Nassau – em Pernambuco. O século 18 sabe-se que corresponde a um momento de “total fechamento e inacessibilidade da colônia aos viajantes estrangeiros, em decorrência das políticas adotadas pelo governo ultramarino, em extremo cioso de proteger dos contrabandistas as minas de ouro e diamantes.”

No livro constam apenas 63 iconografias catalogadas do século 18 e 1.063 correspondentes

ao século 19. Sobre a abundante iconografia oitocentista sabe-se que, a despeito da qualidade discutível de muitas obras, foi uma consequência direta da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e, principalmente, da abertura dos portos. Um outro fator que contribui para a vasta produção iconográfica do período, a própria dinâmica da sociedade e a evolução e multiplicação dos meios de representação, como a invenção da fotografia, também contemplada no livro.

De maneira acertada, o autor evitou em sua catalogação qualquer tipo de análise ou de julgamento estético que pudesse impedir o registro – e, em alguns (poucos) casos, a reprodução – de uma determinada imagem. Seguiu o objetivo precípuo de tratá-las como documentos relevantes que, em si, despertam interesses históricos, sociológicos e antropológicos. Na estrutura organizacional da obra, Moura estabeleceu um rigoroso critério de catalogação e ordenamento das imagens. Assim, para cada uma das 2.593 imagens prospectadas, o autor menciona nove itens que as identificam em particular, a saber: 1) numeração da imagem; 2) nome do artista; 3) título da obra; 4) data; 5) técnica empregada; 6) medidas; 7) localização geográfica; 8) descritores, conforme o assunto representado; 9) bibliografia.

Um outro aspecto digno de nota é que, à medida em que avançamos na observação do catálogo, o negro deixa de figurar como um simples objeto do olhar estrangeiro ávido por registrar sua imagem e suas particularidades culturais para tornar-se sujeito atuante e fundamental naquela ordem social escravista. Pelas imagens reproduzidas por Moura percebe-se que os escravos, de fato, foram os principais responsáveis pela construção deste país, incluindo cidades importantes como Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

No caso do Rio de Janeiro, principalmente nas imagens do século 19, nota-se o quanto a cidade era completamente dependente do escravo urbano. Se nos detivermos apenas na questão do abastecimento de água, podemos perceber por algumas imagens reproduzidas no livro o quanto este serviço era precário. Todavia, eram nas fontes e chafarizes da cidade, que os escravos tinham a possibilidade – enquanto esperavam na fila da água – de interagir social e publicamente com outros grupos sociais. Também a tarefa da eliminação de detritos domésticos cabia aos escravos que, ao crepúsculo, corriam em fila e acorrentados, pelas principais ruas da cidade, em direção ao mar (a Calunga Grande) ou a algum terreno baldio.

Na análise desta iconografia sobre o negro, fica bem clara a idéia de que, segundo a historiadora Kátia Mattoso, durante muitos anos no Brasil, negro e escravo eram dois termos que serviam para definir a mesma situação, sendo portanto sinônimos.

Isto posto, há que se comemorar esforços como este de Moura e de tantos outros pesquisadores que lutam arduamente para que este movimento relativamente recente da pesquisa sobre a escravidão no Brasil não seja em vão e que possa alavancar discussões e, sobretudo, contribuir para a diminuição de injustiças sociais históricas.

Antônio Azenor de Melo Barbosa é arquiteto, mestre em Urbanismo pela UFRJ e professor da Fau-UFRJ e da Universidade Santa Úrsula

Reproduções do livro *A travessia da Calunga Grande*



regime de cativo – com a seqüência de leis que foram “solapando” o escravismo – foi uma visão, como deixa claro o autor, do após 1888, e não uma política seguida a risco pela elite dirigente do Estado. Assim, o núcleo decisório que decretou o fim definitivo do comércio negreiro transatlântico não raciocinava, ao emitir a lei de 1850, no fim da instituição escravista, que ainda era vista como indispensável ao país.

O capítulo seguinte toca num ponto vital: a pressão diplomática e militar da maior potência militar da época, a Inglaterra, e seus reflexos no discurso da elite parlamentar. Uma lacuna importante para o entendimento deste processo, e que o texto infelizmente não busca dirimir, (mesmo que não o resolvesse em absoluto) é a questão das motivações geopolíticas da Grã-Bretanha ao apostar pesado na solução militar do problema. Pelo menos esta questão merecia do autor alguma incursão pela bibliografia internacional, que teve um longo debate sobre isso durante anos. Mas merece elogios a forma como o debate no parlamento é analisado, principalmente nas tentativas dos conservadores em

fazer da “honra” e da “dignidade nacional”, “degradados” pela “prepotência” britânica, o eixo fundamental da fala dos deputados.

Mas é somente nos dois últimos capítulos que o livro adquire suas cores mais originais. Nestes capítulos, ele busca incorporar no contexto o papel de grupos sociais antes completamente relegados pela bibliografia tradicional e mesmo pela escola quantitativista brasileira: os capitães dos negreiros, os agentes de polícia, a população livre e pobre moradora dos arredores dos refúgios onde aportavam os traficantes, e mesmo os africanos boçais, como eram chamados os negros recém desembarcados, tornados depois da captura pelas autoridades repressivas, em africanos livres.

Neste momento, Jaime realmente dá uma contribuição efetiva para o debate historiográfico, reconstruindo as visões e ações de setores antes vistos como meras “peças” do mercado atlântico, e deduzindo o impacto destes atos nas decisões tomadas mais acima. Seria interessante que ele se demorasse mais nesta busca, pois com certeza ainda repousam documentos inéditos nos arquivos

que podem jogar luz neste lado sombrio da história do “infame comércio”. Os africanos livres particularmente moldam uma história à parte, que somente agora despertou a atenção dos estudiosos, como na tese de doutorado, ainda inédita, defendida na USP, de Jorge de Prata de Souza sobre o tema.

O que pode motivar alguns reparos no livro de Jaime Rodrigues são algumas ausências. Entre elas, o artigo de Dale Graden sobre resistência escrava e fim do tráfico (“Uma lei... até de segurança pública”: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856), publicado na *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* em 1986. E a tese de Luiz Felipe de Alencastro, defendida em 1995 e publicada no ano passado, *O trato dos viventes*. Mesmo que tenham sido produzidos depois da defesa da dissertação de Jaime, em 1994, ele teve tempo suficiente para incorporar estes textos importantes e recentes sobre o tema na publicação do livro.

Carlos Eugênio Libano Soares é doutor em História pela Unicamp

